MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Comitê de Investimentos da MGAPREV
Av. Carneiro Leao 135, Galeria do Edificio Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-932 Telefone: (44) 3220-7735 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

PAUTA DE REUNIÃO Nº 20/2026

CONVOCAÇÃO

Decreto nº 125/2022, Art. 14, 15 e 16.

VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 26/10/2026
Início: 14h00
Local: Sala de reuniões da Maringá Previdência

O Presidente do Comitê de Investimentos convoca todos os membros e convida a Diretoria Executiva e o Gestor de Recursos para reunião ordinária, a tratar dos seguintes assuntos:

Pauta:

1. Análise do cenário macroeconômico e expectativas de mercado.
2. Avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio.
3. Proposições de investimentos/desinvestimentos.
4. Emissão de Parecer sobre os relatórios financeiros, para análise do Conselho Fiscal.
5. Análise e Monitoramento das Informações dos Fundos Fechados.
6. Assuntos gerais.

Edimar de Oliveira Carvalho
Presidente do Comitê de Investimentos

Documento assinado eletronicamente por **Edimar de Oliveira Carvalho**, **Presidente do Comitê de Investimentos**, em 23/10/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9922100** e o código CRC **22534F37**.

Referência: Processo nº 03.99.00001132/2026.24 SEI nº 9922100

PARECER Nº 31/2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS – FUNDOS FECHADOS

PARECER Nº: **31/2026 - Comitê de Investimentos**

INTERESSADO: Comitê de Investimentos da MGAPREV

Ao Conselho Fiscal,

O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, reunido ordinariamente no dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, apresenta o presente parecer com informações recebidas dos fundos fechados referentes ao mês de setembro de 2026.

Informações recebidas dos Fundos Fechados: 1) OSASCO PROPERTIES FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII CNPJ/MF nº 13.000.836/0001-38: A Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de administradora do Fundo Imobiliário, encaminhou à Maringá Previdência, em 03 de setembro de 2026, planilha contendo os valores referentes às Taxas de Administração, Gestão e Custódia, bem como ao Laudo de Avaliação, acompanhada do documento de Chamada de Capital. A Chamada de Capital decorre da aprovação, pela maioria dos votos, em Assembleia realizada em 18 de agosto de 2026, referente ao aporte de recursos pelos cotistas, na proporção de suas respectivas participações no Fundo, no valor total de R$ 641.792,29 (seiscentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos). O aporte destina-se ao custeio das despesas obrigatórias do Fundo, em aberto desde julho de 2025, bem como das despesas e taxas previstas para os próximos meses, até o efetivo encerramento do Fundo, incluindo, mas não se limitando, às taxas da CVM e da ANBIMA, auditoria, laudo de avaliação econômico-financeira da companhia investida e às Taxas de Administração, Gestão e Custódia. Considerando a participação de 0,46% da Maringá Previdência no Fundo, a Planner apresentou o valor de R$ 2.963,75 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) a título de aporte correspondente à participação da Autarquia. Diante dos fatos, a Maringá Previdência solicitou à Lema, atual

empresa de consultoria da Autarquia, a análise dos documentos encaminhados pela Planner e a emissão de parecer técnico, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão. O Presidente do Comitê realizou uma visita técnica à administradora do fundo, a gestora e ao empreendimento, nos dias 3 e 4 de setembro, acompanhado pelo Diretor-Presidente Edson Paliari e pelo Gerente de Investimentos, Marcio Douglas Rissato Maia. No local, observaram que a construção no terreno se encontra paralisada; porém, o imóvel está em uma área bem localizada. Segundo a administradora do fundo, a paralisação da obra decorreu por distrato com a prefeitura de Osasco em virtude de pendencias documentais nos imóveis que o Município daria como pagamento. Os gestores e administradores concluíram que existe um potencial de recuperação do imóvel no longo prazo. Edimar informou que será elaborado um relatório de diligência sobre a visita. **2) LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA:** Em 02 de setembro de 2026 foi realizada a Assembleia Geral de Cotistas que tinha como único item a aprovação das demonstrações financeiras do exercício finalizado em 30 de abril de 2026. A AGC contaria apenas com envio dos votos. As demonstrações financeiras foram aprovadas. A Maringá Previdência enviou formulário constando a abstenção do voto. **3) FUNDO GGR PRIME:** Recebemos o Relatório de Gestão, referente à competência de julho de 2026, o qual demonstrou que o Fundo se encontra em processo de liquidação ordenada, com foco na recuperação, monetização e alienação dos ativos remanescentes. O relatório apresenta os principais fatos e movimentações ocorridos no período, incluindo informações sobre o processo de liquidação, as amortizações realizadas e a evolução das medidas de cobrança, recuperação e venda dos ativos integrantes da carteira. Foram ainda abordados os principais eventos relacionados aos ativos remanescentes, bem como as perspectivas de recuperação dos créditos e de geração de recursos para futuras amortizações aos cotistas. **4) Fundo W7 FIP MULTIESTRATÉGIA:** Em 1º de setembro de 2026, ocorreu a Assembleia Geral de Cotistas (AGC), com pauta única referente à aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2026. Na ocasião, foi enviado voto pela reprovação das Demonstrações Financeiras, em conformidade com a orientação encaminhada pela consultoria de investimentos LEMA. **5) INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL II:** Foi apresentado o Fato Relevante (SEI nº 9702075) divulgado em 26 de agosto de 2026 pela Administradora, RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Segundo o documento, após reunião do Comitê de

Precificação e Risco da Administradora, a carteira do Fundo foi reajustada com data-base de 30 de junho de 2026, o que resultou em variação negativa de 25,10% no valor das cotas. O ajuste decorreu de dois fatores: (i) Ativo Bio Serviços: a precificação passou a seguir laudo de avaliação técnica (valuation) de mercado. Com isso, o direito de crédito do Acordo de Quitação foi registrado em R$ 26.000.000,00. Sobre esse valor incidiu Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) de 19,5%, no montante de R$ 5.087.853,60, e o valor justo recuperável ficou em R$ 20.912.146,40. (ii) Massa Falida da Gradual CCTVM: foi constituída PDD de 100% sobre o saldo integral desse crédito e sobre o montante de R$ 1.744.529,47 a receber de resgate de cotas. As ações judiciais em curso continuam sendo acompanhadas para eventual recuperação futura. **6) BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA e BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES:** Registra-se que a administradora encaminhou, em 15/09/2026, o informe quadrimestral dos fundos BRASIL FLORESTAL - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BRASIL FLORESTAL - FIC FIP, referente ao 2º quadrimestre de 2026, contendo os valores e informações atualizadas. Conforme documentos SEI nº (9628251) e (9628262).

Maringá, 26 de outubro de 2026

gov.br Documento assinado digitalmente
EDIMAR DE OLIVEIRA CARVALHO
Data: 26/10/2026 16:56:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edimar de Oliveira Carvalho
Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
LEANDRO DOS SANTOS DOMINGOS
Data: 26/10/2026 16:59:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Leandro dos Santos Domingos
Vice-Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
ELISANGELA DA SILVA CANDIL
Data: 26/10/2026 17:20:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elisangela da Silva Candil
Secretária

gov.br Documento assinado digitalmente
PATRICIA DIAS LOPES
Data: 26/10/2026 16:50:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Patricia Dias Lopes
Membro

gov.br Documento assinado digitalmente
TATIANE GONCALVES DAMASCENO
Data: 26/10/2026 20:23:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Tatiane Goncalves Damasceno
Membro

Comitê de Investimentos

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA. Às quatorze horas do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se o Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, ordinariamente, na sala de reuniões da Maringá Previdência com a presença do Presidente, Edimar de Oliveira Carvalho, do vice-presidente, Leandro dos Santos Domingos, dos membros Elisangela da Silva Candil, Patricia Dias Lopes e Tatiane Gonçalves Damasceno. Participou também, a convite do Presidente, o Gestor de Recursos, José da Silva Neves. **ITEM 1 – Análise do cenário macroeconômico e expectativas de mercado.** O cenário econômico internacional em outubro de 2026 apresenta sinais de desaceleração da atividade em importantes economias, acompanhados pela persistência das pressões inflacionárias e pelo aumento das incertezas geopolíticas. Nos Estados Unidos, o PMI composto recuou de 58,4 em setembro para 57,6 em outubro, indicando perda moderada de ritmo da atividade econômica, embora permaneça em patamar de expansão. A demanda continua aquecida, conforme demonstrado pelo avanço do indicador de novos pedidos, enquanto o aumento dos preços cobrados pelas empresas reforça a preocupação com a persistência inflacionária. Esse contexto exige cautela quanto à condução da política monetária pelo Federal Reserve, uma vez que a resiliência da economia e as pressões sobre os preços podem limitar o espaço para uma redução mais acentuada dos juros. Na zona do euro, a atividade econômica também perdeu força, com o PMI composto passando de 53,1 para 51,9 em outubro, atingindo o menor nível em quatro meses. A desaceleração nos setores de serviços e indústria, combinada ao aumento dos custos de energia, combustíveis e transporte, evidencia um ambiente de crescimento moderado e inflação persistente. Esse quadro amplia os desafios para o Banco Central Europeu (BCE), que precisa equilibrar o controle dos preços com a necessidade de preservar a recuperação econômica. Em contrapartida, a economia chinesa apresentou crescimento de 4,5% no terceiro trimestre, acima dos 4,3% registrados no trimestre anterior, impulsionada principalmente pelas exportações e pela atividade industrial. Entretanto, a fragilidade do consumo interno, as dificuldades do setor imobiliário e as tensões comerciais internacionais representam riscos à continuidade desse desempenho. Somado a isso, a intensificação das tensões no Oriente Médio provocou forte elevação dos preços internacionais do petróleo, com o Brent superando US$ 114 por barril. O encarecimento da commodity aumenta os riscos de pressões inflacionárias globais, sobretudo por meio dos custos de combustíveis, transporte e produção, podendo dificultar o processo de flexibilização monetária nas principais economias. No Japão, a inflação básica voltou a superar a meta de 2% do Banco do Japão, reforçando as expectativas de continuidade do aperto monetário. Em conjunto, esses fatores indicam um ambiente internacional marcado pela divergência entre o ritmo de crescimento das

economias, pela incerteza quanto à trajetória dos juros e pela maior sensibilidade dos mercados financeiros às oscilações dos preços das commodities e aos acontecimentos geopolíticos. No cenário doméstico, os indicadores econômicos de outubro demonstram um quadro misto, caracterizado pela desaceleração da inflação mensal ao consumidor, pela intensificação das pressões sobre os preços ao produtor e pela necessidade de maior atenção à sustentabilidade das contas públicas. O IPCA-15 registrou alta de 0,32% em outubro, abaixo dos 0,70% observados em setembro e das expectativas do mercado, de 0,43%. Apesar da desaceleração mensal, o indicador acumulou elevação de 4,15% no ano e de 4,62% em 12 meses, evidenciando que a inflação ainda exige cautela. A alta dos preços de Alimentação e Bebidas permaneceu como fator relevante de pressão, enquanto a redução dos preços da energia elétrica contribuiu para conter o resultado geral. Paralelamente, o IGP-10 avançou 1,76% em outubro, acima das expectativas, acumulando alta de 5,02% em 12 meses, impulsionado principalmente pelos preços ao produtor, com destaque para combustíveis e produtos agropecuários. Essa divergência entre os indicadores sugere que, embora a inflação ao consumidor tenha desacelerado no mês, permanecem riscos de repasse de custos para os preços finais. No campo fiscal, a arrecadação federal atingiu R$ 239,384 bilhões em setembro, com crescimento real de 5,62% em relação ao mesmo mês de 2025, alcançando o maior valor para o período desde o início da série histórica, em 2000. O desempenho demonstra fortalecimento das receitas públicas, inclusive das contribuições previdenciárias, mas não elimina as preocupações com o equilíbrio das contas governamentais e a trajetória da dívida pública. No mercado cambial, o Brasil registrou entrada líquida de US$ 15,740 bilhões no acumulado de 2026 até 16 de outubro, sustentada principalmente pelo saldo positivo do segmento comercial, que compensou as saídas líquidas observadas no canal financeiro. Em outubro, até o dia 16, o fluxo cambial apresentou saldo positivo de US$ 5,148 bilhões, indicando recuperação em relação ao resultado negativo registrado em setembro. Embora esse movimento contribua para a oferta de divisas e possa favorecer a estabilidade cambial, a evolução da taxa de câmbio continuará condicionada ao cenário internacional, à trajetória dos juros nas principais economias, aos preços das commodities e à percepção de risco fiscal doméstico. No mercado cambial, o Brasil registrou entrada líquida de US$ 15,740 bilhões no fluxo cambial acumulado até 16 de outubro de 2026, impulsionada pelo saldo comercial positivo. Em outubro, o resultado também foi positivo, contribuindo para a oferta de divisas. Contudo, a evolução do câmbio permanece condicionada ao cenário internacional, aos juros, aos preços das commodities e aos riscos fiscais domésticos. **ITEM 2 - Avaliação dos investimentos que compõe o patrimônio**. No decorrer do mês de outubro, não foram realizadas movimentações na carteira de investimentos, exceto aquelas relacionadas à gestão de liquidez, por meio de movimentações nos fundos Caixa Topázio, da Caixa Econômica Federal. No que se refere ao comportamento dos mercados financeiros no período, os índices de renda fixa

doméstica apresentam, predominantemente, desempenho positivo, com destaque para o CDI, com rentabilidade de 0,81%; o IRF-M 1, com 0,94%; o IMA-B 5, com 2,43%; o IDkA IPCA 2 Anos, com 2,06%; e o IRF-M 1+ com 1,89%. Os índices de maior duration atrelados à inflação apresentam resultados expressivos, com destaque para o IMA-B 5+, com valorização de 7,91%, e o IDkA IPCA 20 Anos, com 13,75%. No segmento de renda variável doméstica, o Ibovespa acumula valorização de 10,05% no período. Entretanto, os desdobramentos do cenário político nacional, decorrentes do resultado eleitoral de ontem, 25 de outubro de 2026, poderão exercer influência sobre o comportamento dos ativos financeiros, ampliando a volatilidade dos mercados e impactando a precificação dos ativos no encerramento do mês. Nesse contexto, no pregão de hoje observa-se acentuada desvalorização do mercado acionário brasileiro, com o Ibovespa registrando queda superior a 15% até as 12h. No mercado externo, observa-se no mês, comportamento predominantemente negativo dos principais índices acionários norte-americanos, com destaque para o NASDAQ 100, que registra queda de 7,40%, enquanto o S&P 500 apresenta recuo de 0,36%. Ressalta-se que os dados de rentabilidade dos índices referem-se ao fechamento dos mercados em 23 de outubro de 2026 (sexta-feira)**.** **ITEM 3 - Proposições de investimentos/desinvestimentos.** Nenhuma proposição. **ITEM 4 – Emissão de Parecer sobre os relatórios financeiros, para análise do Conselho Fiscal.** O Comitê emitirá dois pareceres sobre os relatórios financeiros do mês setembro para análise do Conselho Fiscal, sendo um referente as informações financeiras e outro com informações sobre os fundos fechados. **ITEM 5 – Análise e Monitoramento das Informações dos Fundos Fechados. a) INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL II:** Em continuidade ao relatado na reunião anterior, foram apresentados o material da Gestora, Genial Gestão, a orientação de voto da LEMA Consultoria, o Formulário de Manifestação de Voto da Maringá Previdência e a ata da Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2026. Segundo a Gestora, o aditivo foi proposto pela Fibra Cotton Agro Ltda., que não tinha condições de efetuar o pagamento à vista previsto no acordo homologado judicialmente em 28 de agosto de 2026. O crédito do Fundo no acordo, de R$ 491.666,65, não foi alterado. A compradora pagou em 1º de outubro de 2026 uma entrada de R$ 4.000.000,00 ao conjunto de credores, da qual o Fundo recebeu R$ 231.372,55, equivalente a 47% do crédito. O saldo de R$ 260.294,11 será pago ao Fundo em três parcelas mensais, com vencimentos em 29 de outubro, 30 de novembro e 29 de dezembro de 2026, corrigidas pelo IPCA e acrescidas de juros de 1% a.m. desde 1º de outubro de 2026, antes do término do prazo do Plano de Liquidação, em 31 de dezembro de 2026. Até a quitação integral, o imóvel não será transferido, a alienação fiduciária não será baixada e as ações judiciais abrangidas pelo acordo serão mantidas, e o atraso não sanado em cinco dias úteis após notificação antecipa o vencimento de todo o saldo, com multa de 2% e juros de mora de 1% a.m. Como principais riscos, a Gestora apontou a

capacidade de pagamento da compradora, mitigada pela retenção do imóvel, cujo valor de liquidação forçada apurado pela Cushman & Wakefield em fevereiro de 2025 é de R$ 5.863.000,00, superior ao saldo devido de R$ 4.500.000,00, e a possibilidade de eventual atraso deslocar o recebimento para depois do prazo do Plano de Liquidação. O crédito quirografário de R$ 341.666,53 habilitado na falência não é afetado pelo aditivo e segue com recuperação incerta. A Gestora e a LEMA recomendaram a aprovação, considerando que a alternativa de cobrança judicial do saldo à vista, estimada pelos assessores jurídicos em cerca de 12 meses, seria mais lenta e mais custosa. A LEMA sugeriu ainda que o cotista solicite à Administradora a atualização do laudo de avaliação do imóvel, por constituir a garantia em caso de inadimplência. A Maringá Previdência votou pela aprovação da matéria, conforme Formulário de Manifestação de Voto (SEI nº 9899891), assinado em 21 de outubro de 2026 pelo Diretor-Presidente e pelo Gestor de Recursos. A assembleia aprovou a matéria com votos de cotistas representantes de 79,29% das cotas subscritas e integralizadas. O cotista detentor de 11,54% das cotas votou favoravelmente com ressalvas, solicitando que a Administradora esclareça se há previsão de prorrogação do prazo de liquidação do Fundo como medida de contingência em caso de inadimplência e qual será o destino dos R$ 4,0 milhões já pagos caso o saldo remanescente não seja quitado no prazo. O Comitê registrou que acompanhará o recebimento das parcelas e os esclarecimentos da Administradora sobre as ressalvas consignadas. O membro Leandro solicita que a Gerência de Investimentos informe se foi requerida à Administradora a atualização do laudo de avaliação do imóvel, conforme orientado pela Consultoria, requerimento foi aprovado por unanimidade. A assembleia de 13 de novembro de 2026, sobre as Demonstrações Financeiras, segue pendente de orientação de voto da LEMA. **Item 6 - Assuntos Gerais: a)** O Comitê de Investimentos corrige a solicitação contida na ata n.19 de quatorze de outubro de 2026, onde se lê: "*O Comitê solicita ao Diretor de Gestão Previdenciária e de Investimentos que verifique junto ao Diretor-Presidente sobre a atualização do Regulamento do Comitê de Investimentos para a adequada governança dos processos de investimentos*", leia-se "*O Comitê solicita ao Presidente do Comitê de Investimentos que verifique junto a Controladora Interna sobre a atualização do Regulamento do Comitê de Investimentos para a adequada governança dos processos de investimentos*". Em tempo, o Comitê justifica que a solicitação se deve ao fato da necessidade de padronizar as solicitações a serem feitas para Consultoria de Investimentos e o fluxo de trabalho diante das demandas a serem realizadas nos próximos meses, como a minuta da Política de Investimentos e o Plano de Ação dos Investimentos. Sobre o tema, o Presidente do Comitê relatou que as alterações propostas pelo Comitê já foram encaminhadas e estão sob análise pela Controladora Interna. Enquanto não há a regulamentação do fluxo dos processos, o Presidente definiu que as solicitações para Consultoria serão realizadas pela Gerência de Investimentos, exceto aquelas que se referem exclusivamente ao Comitê, que poderá ser pelo

colegiado. **b)** O membro Leandro informou que o Banco do Brasil enviou convite para o evento Circuito BB RPPS 2026, que será realizado no Auditório Hélio Moreira, nos dias 23 e 24 de novembro de 2026. **c)** O Presidente do Comitê informou que compareceu ao Tribunal de Contas no dia treze de outubro, no gabinete do Conselheiro Augustinho Zucchi, junto com o Diretor-Presidente, Edson Paliari, com o Presidente do Conselho Deliberativo, Douglas Galvão Vilardo e com o membro do Conselho Deliberativo, Denis Roberto Biasoto, para as tratativas relacionadas a resposta e defesa da Tomada de Contas Extraordinária, referente ao processo 520010/2026. **d)** O Presidente informou que realizou visita técnica ao escritório Maia Britto Sociedade de Advogados, no dia 16 de outubro, na cidade de São Paulo, a fim de realizar diligência para contratação de serviços jurídicos relacionados aos fundos estressados. **e)** O Presidente informou que foi encaminhado pelo atuário André Sablewski Grau, o parecer técnico referente a taxa de juros parâmetro e limite da meta atuarial para a Política de Investimentos de 2027, no qual concluiu pela duração do passivo estimada para 2027, a taxa de juros de 6,10, podendo ser acrescida de 0,45 p.p. pelos exercícios de 2023, 2024 e 2025, em que a taxa de avaliação foi alcançada. **f)** Fica registrado que, excepcionalmente, foi estabelecido por meio do decreto 1965/2026, a suspensão temporária do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), motivo pelo qual a presente ata não foi elaborada no sistema eletrônico. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos e eu, Elisangela da Silva Candil, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada eletronicamente pelos presentes.

gov.br
Documento assinado digitalmente
EDIMAR DE OLIVEIRA CARVALHO
Data: 26/10/2026 16:48:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edimar de Oliveira Carvalho
Presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
LEANDRO DOS SANTOS DOMINGOS
Data: 26/10/2026 16:53:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Leandro dos Santos Domingos
Vice-Presidente

gov.br
Documento assinado digitalmente
ELISANGELA DA SILVA CANDIL
Data: 26/10/2026 16:59:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elisangela da Silva Candil
Secretária

gov.br
Documento assinado digitalmente
PATRICIA DIAS LOPES
Data: 26/10/2026 17:20:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Patricia Dias Lopes
Membro

TATIANE GONCALVES DAMASCENO:03796029973
Assinado de forma digital por TATIANE GONCALVES DAMASCENO:03796029973
Dados: 2026.10.26 16:45:14 -03'00'

Tatiane Gonçalves Damasceno
Membro

JOSE DA SILVA NEVES:60218070900
Assinado de forma digital por JOSE DA SILVA NEVES:60218070900
Dados: 2026.10.26 17:29:26 -03'00'

José da Silva Neves
Gestor de Recursos

PARECER Nº 30/2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

PARECER Nº:	**30/2026 - Comitê de Investimentos**
INTERESSADO:	Comitê de Investimentos da MGAPREV

Ao Conselho Fiscal,

O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, reunido ordinariamente no dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, apresenta o presente parecer com relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos no mês de setembro de 2026, em anexo.

Panorama Econômico: O cenário econômico internacional em outubro de 2026 apresenta sinais de desaceleração da atividade em importantes economias, acompanhados pela persistência das pressões inflacionárias e pelo aumento das incertezas geopolíticas. Nos Estados Unidos, o PMI composto recuou de 58,4 em setembro para 57,6 em outubro, indicando perda moderada de ritmo da atividade econômica, embora permaneça em patamar de expansão. A demanda continua aquecida, conforme demonstrado pelo avanço do indicador de novos pedidos, enquanto o aumento dos preços cobrados pelas empresas reforça a preocupação com a persistência inflacionária. Esse contexto exige cautela quanto à condução da política monetária pelo Federal Reserve, uma vez que a resiliência da economia e as pressões sobre os preços podem limitar o espaço para uma redução mais acentuada dos juros. Na zona do euro, a atividade econômica também perdeu força, com o PMI composto passando de 53,1 para 51,9 em outubro, atingindo o menor nível em quatro meses. A desaceleração nos setores de serviços e indústria, combinada ao aumento dos custos de energia, combustíveis e

transporte, evidencia um ambiente de crescimento moderado e inflação persistente. Esse quadro amplia os desafios para o Banco Central Europeu (BCE), que precisa equilibrar o controle dos preços com a necessidade de preservar a recuperação econômica. Em contrapartida, a economia chinesa apresentou crescimento de 4,5% no terceiro trimestre, acima dos 4,3% registrados no trimestre anterior, impulsionada principalmente pelas exportações e pela atividade industrial. Entretanto, a fragilidade do consumo interno, as dificuldades do setor imobiliário e as tensões comerciais internacionais representam riscos à continuidade desse desempenho. Somado a isso, a intensificação das tensões no Oriente Médio provocou forte elevação dos preços internacionais do petróleo, com o Brent superando US$ 114 por barril. O encarecimento da commodity aumenta os riscos de pressões inflacionárias globais, sobretudo por meio dos custos de combustíveis, transporte e produção, podendo dificultar o processo de flexibilização monetária nas principais economias. No Japão, a inflação básica voltou a superar a meta de 2% do Banco do Japão, reforçando as expectativas de continuidade do aperto monetário. Em conjunto, esses fatores indicam um ambiente internacional marcado pela divergência entre o ritmo de crescimento das economias, pela incerteza quanto à trajetória dos juros e pela maior sensibilidade dos mercados financeiros às oscilações dos preços das commodities e aos acontecimentos geopolíticos. No cenário doméstico, os indicadores econômicos de outubro demonstram um quadro misto, caracterizado pela desaceleração da inflação mensal ao consumidor, pela intensificação das pressões sobre os preços ao produtor e pela necessidade de maior atenção à sustentabilidade das contas públicas. O IPCA-15 registrou alta de 0,32% em outubro, abaixo dos 0,70% observados em setembro e das expectativas do mercado, de 0,43%. Apesar da desaceleração mensal, o indicador acumulou elevação de 4,15% no ano e de 4,62% em 12 meses, evidenciando que a inflação ainda exige cautela. A alta dos preços de Alimentação e Bebidas permaneceu como fator relevante de pressão, enquanto a redução dos preços da energia elétrica contribuiu para conter o resultado geral. Paralelamente, o IGP-10 avançou 1,76% em outubro, acima das expectativas, acumulando alta de 5,02% em 12 meses, impulsionado principalmente pelos preços ao produtor, com destaque para combustíveis e produtos agropecuários. Essa divergência entre os indicadores sugere que, embora a inflação ao consumidor tenha desacelerado no mês, permanecem riscos de repasse de custos para os preços finais. No campo fiscal, a arrecadação federal atingiu R$ 239,384 bilhões em setembro, com crescimento real de 5,62% em relação ao mesmo mês de 2025,

alcançando o maior valor para o período desde o início da série histórica, em 2000. O desempenho demonstra fortalecimento das receitas públicas, inclusive das contribuições previdenciárias, mas não elimina as preocupações com o equilíbrio das contas governamentais e a trajetória da dívida pública. No mercado cambial, o Brasil registrou entrada líquida de US$ 15,740 bilhões no acumulado de 2026 até 16 de outubro, sustentada principalmente pelo saldo positivo do segmento comercial, que compensou as saídas líquidas observadas no canal financeiro. Em outubro, até o dia 16, o fluxo cambial apresentou saldo positivo de US$ 5,148 bilhões, indicando recuperação em relação ao resultado negativo registrado em setembro. Embora esse movimento contribua para a oferta de divisas e possa favorecer a estabilidade cambial, a evolução da taxa de câmbio continuará condicionada ao cenário internacional, à trajetória dos juros nas principais economias, aos preços das commodities e à percepção de risco fiscal doméstico. No mercado cambial, o Brasil registrou entrada líquida de US$ 15,740 bilhões no fluxo cambial acumulado até 16 de outubro de 2026, impulsionada pelo saldo comercial positivo. Em outubro, o resultado também foi positivo, contribuindo para a oferta de divisas. Contudo, a evolução do câmbio permanece condicionada ao cenário internacional, aos juros, aos preços das commodities e aos riscos fiscais domésticos.

Avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio: No mês de setembro, a carteira consolidada da Maringá Previdência, composta pelo Fundo em Capitalização, Fundo em Repartição e Taxa de Administração, encerrou o período com saldo de R$ 1.442.336.036,41 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e seis mil, trinta e seis reais e quarenta e um centavos), apresentando resultado positivo de R$ 10.405.923,56 (dez milhões, quatrocentos e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos). Quanto ao desempenho por segmento, a Renda Fixa apresentou resultado positivo de R$ 10.544.864,39 (dez milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos). Os Investimentos Estruturados registraram resultado negativo de R$ 2.129,54 (dois mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos), enquanto o segmento Imobiliário apresentou resultado negativo de R$ 326.174,93 (trezentos e vinte e seis mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e três centavos). A carteira de Empréstimos Consignados apresentou resultado positivo de R$ 189.363,64 (cento e oitenta e nove mil,

trezentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Os investimentos em Títulos Públicos Federais encerraram o mês com saldo aplicado de R$ 1.095.745.711,47 (um bilhão, noventa e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze reais e quarenta e sete centavos), representando 75,97% da carteira total da Maringá Previdência. O aumento do saldo em relação ao mês anterior decorre da efetivação, em 10/09/2026, da aquisição das NTN-B 2060 proposta na 16ª Reunião Ordinária: foram adquiridos 12.586 títulos, no montante de R$ 50.462.681,65 (cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos), à taxa de IPCA + 7,32% a.a., passando a carteira de títulos públicos, integralmente marcada na curva, a apresentar taxa média de aquisição de IPCA + 6,32% a.a. O Comitê de Investimentos avaliou que, no mês de setembro, a carteira do Fundo em Capitalização, utilizada como referência para aferição do cumprimento da meta atuarial, não superou a meta mensal. Em razão da aceleração do IPCA no período, a meta atuarial do mês (IPCA + 5,92% a.a.) atingiu 1,30%, o patamar mais elevado desde março. O retorno nominal do Fundo em Capitalização alcançou R$ 9.986.037,82 (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), correspondente à rentabilidade de 0,81%, inferior à meta mensal em 0,49 ponto percentual. Considerando que parcela preponderante da carteira é composta por títulos indexados ao IPCA marcados na curva, a correção inflacionária incorporada ao valor desses ativos tende a compensar o descasamento observado ao longo dos meses seguintes. Contribuíram ainda para o resultado do mês as desvalorizações registradas nos fundos fechados OSASCO PROPERTIES (−77,06%, equivalente a −R$ 325.426,53), GGR PRIME I FIDC Sênior 1 (−12,40%, equivalente a −R$ 281.043,00) e LME REC IPCA FIDC (−20,91%, equivalente a −R$ 85.779,79), cujo impacto conjunto, de aproximadamente 0,05 ponto percentual sobre a rentabilidade da carteira, não foi determinante para o resultado abaixo da meta. No acumulado do exercício, a carteira registra resultado nominal de R$ 113.209.465,52 (cento e treze milhões, duzentos e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), correspondente à rentabilidade acumulada de 9,77%, frente à meta atuarial acumulada de 8,53%, representando superação de 1,24 ponto percentual. Nos últimos doze meses, a rentabilidade da carteira alcançou 12,94%. No que se refere ao desempenho dos ativos, os fundos indexados ao CDI apresentaram rentabilidade mensal entre 1,04% e 1,09%, e os fundos atrelados ao IMA-B e ao IMA-B 5 registraram retornos de 3,13% e 2,00%,

respectivamente. Os Títulos Públicos Federais registraram retorno de 0,70% no período, enquanto os títulos privados apresentaram retorno de 0,40%, sobre saldo de R$ 75.029.320,23 (setenta e cinco milhões, vinte e nove mil, trezentos e vinte reais e vinte e três centavos). A carteira de Empréstimos Consignados manteve trajetória de crescimento, encerrando setembro com saldo de R$ 18.411.740,86 (dezoito milhões, quatrocentos e onze mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), acréscimo de 15,42% em relação a agosto, com rentabilidade mensal de 1,19%, novamente superior à meta atuarial de longo prazo. A carteira da Maringá Previdência mantém elevada concentração em ativos de Renda Fixa, que representam 98,41% dos recursos, e 18,51% do patrimônio possui liquidez em até 30 dias. O Comitê avaliou que essa composição permanece compatível com o cenário macroeconômico vigente, caracterizado por taxas de juros reais elevadas e política monetária ainda restritiva, proporcionando oportunidades de remuneração atrativas em ativos de renda fixa, especialmente em Títulos Públicos Federais, permanecendo a estratégia de alocação orientada à obtenção de retornos consistentes e superiores à meta atuarial. Na análise dos indicadores de risco, o Comitê verificou que os indicadores do período mensal permanecem inferiores aos observados na janela de doze meses, evidenciando baixo nível de risco de mercado da carteira. O Value at Risk (VaR) mensal foi de 1,26%, frente a 4,36% em doze meses; a volatilidade foi de 0,08%, frente a 2,18%; e o drawdown foi nulo no mês, frente a 0,11% em doze meses. Esse comportamento reflete, principalmente, a concentração dos recursos em títulos públicos marcados na curva e em fundos DI. Os índices de Sharpe negativos no mês e em doze meses (−0,69) indicam rentabilidade inferior ao CDI, utilizado como ativo livre de risco, resultado compatível com a estratégia de alocação em ativos indexados à inflação, orientada ao cumprimento da meta atuarial. Quanto à aderência aos benchmarks, constatou-se que os fundos de investimento líquidos apresentam desempenho compatível com seus respectivos índices de referência, registrando aderência entre 98,11% e 101,14% no acumulado dos últimos doze meses. Permanecem como exceção os fundos fechados, cuja natureza, características específicas e estágio de liquidação comprometem a comparabilidade de seus resultados com os benchmarks originalmente estabelecidos. Quanto ao enquadramento regulatório, o Comitê verificou que a carteira permanece, em sua composição regular, aderente aos limites estabelecidos na Política de Investimentos e na Resolução CMN nº 5.272/2025. Os Títulos Públicos Federais representam 75,97%, dentro da faixa de 60% a 90%, com alvo

de 75%. Os fundos referenciados 100% em títulos do Tesouro Nacional representam 12,53%, os fundos de Renda Fixa 4,54%, os Ativos Bancários 5,20% e os Empréstimos Consignados 1,28%, todos dentro dos intervalos da estratégia de alocação. Ficam ressalvadas as posições existentes em fundos fechados das categorias FIDC (0,16%), FIP (0,19%) e FII (0,12%), cuja situação decorre de investimentos realizados anteriormente e de processos de desinvestimento em curso. Quanto às posições preexistentes e ilíquidas, deverão ser observadas as regras de transição e os prazos de desinvestimento aplicáveis, considerando as características específicas de cada ativo, a impossibilidade de liquidação imediata e a necessidade de preservar o interesse patrimonial da Maringá Previdência. Após a análise dos resultados, indicadores de desempenho, relatórios de risco e aspectos de conformidade regulatória, o Comitê concluiu que a carteira de investimentos permanece adequadamente estruturada e compatível com a Política de Investimentos, os limites regulamentares aplicáveis e os objetivos atuariais do RPPS. Registrou-se que o resultado inferior à meta no mês decorreu de fator conjuntural, associado à elevação da inflação mensal, sem comprometer a superação da meta no acumulado do exercício.

Movimentações de recursos no mês: **1)** No mês de setembro de 2026, com o montante de R$ 50.464.315,06 (cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e seis centavos), recebido em agosto, decorrentes do vencimento de NTN-B integrante da carteira de investimentos e do recebimento dos juros semestrais dos títulos públicos federais, foi realizada aquisição de Títulos Públicos Federais - NTN-B com vencimento em 2060, com marcação na curva, com taxa de IPCA + 7,3215%.

A Carteira de Investimentos da Maringá Previdência reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas no mês de setembro de 2026 e anteriores, que foram devidamente fundamentadas e registradas nas atas de reunião do Comitê. Os investimentos são aderentes à Política de Investimentos da Maringá Previdência e obedecem aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

O Comitê analisou o relatório mensal compilado constando todas as informações referenciadas no item 2.14 da Política de Investimentos, que trata do acompanhamento e avaliação dos investimentos.

Maringá, 26 de outubro de 2026

Documento assinado digitalmente
gov.br
EDIMAR DE OLIVEIRA CARVALHO
Data: 26/10/2026 17:05:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Edimar de Oliveira Carvalho
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br
LEANDRO DOS SANTOS DOMINGOS
Data: 26/10/2026 19:35:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Leandro dos Santos Domingos
Vice-Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br
ELISANGELA DA SILVA CANDIL
Data: 26/10/2026 17:18:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elisangela da Silva Candil
Secretária

Documento assinado digitalmente
gov.br
PATRICIA DIAS LOPES
Data: 26/10/2026 17:20:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Patricia Dias Lopes
Membro

Documento assinado digitalmente
gov.br
TATIANE GONCALVES DAMASCENO
Data: 26/10/2026 20:22:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Tatiane Goncalves Damasceno
Membro

MARINGÁ PREVIDÊNCIA

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ

PARECER TÉCNICO
TAXA DE JUROS PARÂMETRO E LIMITE DA META ATUARIAL PARA A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2027

VERSÃO 02

SÃO PAULO

OUTUBRO/2026

LISTA DE SIGLAS

DAIR	Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos
DIPR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses
DPIN	Demonstrativo da Política de Investimentos
DRAA	Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial
DRPPS	Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social
ETTJ	Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MIBA	Matrícula no Instituto Brasileiro de Atuária
MPS	Ministério da Previdência Social
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SEI	Sistema Eletrônico de Informações

SUMÁRIO

1. Objeto e alcance..... 5
2. Regras aplicáveis..... 5
3. Duração do passivo..... 6
4. Acréscimo pela meta alcançada..... 7
5. Taxa máxima para 2027 e a meta da Política de Investimentos..... 8
6. Conclusão..... 9
7. Referências normativas e documentais..... 9

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Duração do passivo e taxa de juros parâmetro, por fundo.....7
Tabela 2: Rentabilidade real da carteira e taxa de juros das avaliações, 2021 a 2025.....8
Tabela 3: Taxa de juros real máxima para a avaliação de 2027.....8

1. Objeto e alcance

O presente parecer atende à solicitação do Presidente do Comitê de Investimentos da Maringá Previdência, de 22/10/2026, de parecer técnico que indique a meta atuarial aplicável ao exercício de 2027, para subsidiar a elaboração da Política de Investimentos de 2027, à luz da Orientação nº 3/2026/DRPPS/SRPC-MPS, assinada em 13 e 14/10/2026, que trata da taxa de juros parâmetro aplicável às avaliações atuariais do exercício de 2027, com data focal em 31/12/2026.

A Maringá Previdência tem a massa segregada em Fundo em Capitalização e Fundo em Repartição, na forma dos arts. 58 e 59 da Lei Complementar municipal nº 1.517, de 22/12/2025. Apura-se, para cada fundo, a taxa de juros real máxima admitida para a avaliação atuarial de 2027, que serve de referência para a meta de rentabilidade da Política de Investimentos de 2027, a qual, nos termos do art. 102, IV, "a", da Portaria MTP nº 1.467/2022, é "utilizada para balizar a aderência da taxa de juros utilizada na avaliação atuarial do regime".

Foram utilizados a Orientação nº 3/2026; os Fluxos Atuariais oficiais da geração atual da avaliação atuarial de 2026, com data focal em 31/12/2025, dos Planos Previdenciário e Financeiro; a taxa de juros declarada nos DRAA de 2021 a 2026, conforme os dados abertos do MPS; o DAIR de dezembro de 2025; e a série de rentabilidade real da carteira utilizada nos relatórios atuariais de 2026.

2. Regras aplicáveis

A taxa de juros real da avaliação atuarial é a taxa de juros parâmetro "cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS" (art. 39, caput). Para as avaliações do exercício de 2027, a Orientação nº 3/2026 (itens 12 e 21) determina o uso dos valores do Anexo I da Portaria Previc nº 324, de 23/04/2026, reproduzidos na sua Tabela 1; as colunas de limite inferior e superior daquela Portaria não se aplicam aos RPPS (item 13).

A duração do passivo é a média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das contribuições dos beneficiários, ponderada pelos valores presentes desses

fluxos, calculada sobre a atual massa de segurados e beneficiários (art. 29, caput e § 1º). Na massa segregada, cada fundo tem o seu passivo e, portanto, a sua duração. A duração a ser enquadrada é a apurada na própria avaliação com data focal em 31/12/2026, trazendo a valor presente o fluxo líquido pela taxa de juros da avaliação com data focal em 31/12/2025 (art. 39, § 2º; Anexo VI, art. 35, § 1º; Orientação nº 3/2026, item 16). Sem ponto coincidente, usa-se o ponto imediatamente anterior (art. 39, § 3º).

A taxa de juros parâmetro pode ser acrescida de 0,15 ponto percentual "para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiver sido alcançada pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais" (Anexo VII, art. 3º; art. 39, § 4º). O acréscimo não se aplica a RPPS com recursos inferiores a R$ 10.000.000,00 nem ao Fundo em Repartição (Anexo VII, art. 3º, § 1º), e a sua utilização é informada no DRAA (§ 2º). A carteira da Maringá Previdência somava R$ 1.332.879.610,99 em 31/12/2025 (DAIR de dezembro de 2025), de modo que o acréscimo cabe ao Fundo em Capitalização e não ao Fundo em Repartição.

O resultado é um limite: pode ser utilizada taxa inferior, em atenção a critérios de prudência demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial (art. 39, § 6º; Orientação nº 3/2026, item 13), e a meta de rentabilidade da Política de Investimentos deve buscar compatibilidade com o perfil da carteira, a partir das estratégias de alocação, dos cenários e dos fluxos atuariais (art. 102, IV, "b").

3. Duração do passivo

A avaliação atuarial de 2027 ainda não foi realizada: a sua base cadastral terá data de 31/12/2026. Para estimar a duração que ela apurará, utilizou-se o fluxo da geração atual de cada fundo na avaliação de 2026, com os benefícios concedidos e a conceder, inclusive as aposentadorias por invalidez e as pensões por morte de servidores em atividade, líquidos das contribuições de aposentados e pensionistas e sem as despesas administrativas. O fluxo foi posicionado em 31/12/2026, a partir do exercício de 2027, e

descontado à taxa de 5,92% da avaliação com data focal em 31/12/2025, como manda o art. 35, § 1º, do Anexo VI. A Tabela 1, a seguir, traz o resultado.

Tabela 1: Duração do passivo e taxa de juros parâmetro, por fundo

Fundo e apuração	Duração (anos)	Ponto da ETTJ (anos)	Taxa parâmetro (% a.a.)
Fundo em Capitalização: geração atual, fluxo em 31/12/2026, desconto de 5,92%	14,57	14,5	6,10
Fundo em Repartição: geração atual, fluxo em 31/12/2026, desconto de 5,92%	12,47	12,0	6,10
Conferência, Fundo em Capitalização: data focal de 31/12/2025, desconto de 5,32%	15,51	15,5	6,11
Conferência, Fundo em Repartição: data focal de 31/12/2025, desconto de 5,32%	13,24	13,0	6,10

Fonte: Fluxos Atuariais da geração atual da avaliação atuarial de 2026, Planos Previdenciário e Financeiro; Orientação nº 3/2026/DRPPS/SRPC-MPS, Tabela 1. Elaboração: Equipe Fipe.

A duração estimada é de 14,57 anos no Fundo em Capitalização e de 12,47 anos no Fundo em Repartição, o que corresponde aos pontos 14,5 e 12,0 da ETTJ e, nos dois casos, à taxa de juros parâmetro de 6,10% ao ano.

A curva da Tabela 1 da Orientação é quase plana nesse trecho: durações de 12,0 a 14,5 anos levam a 6,10%, de 15,0 a 18,5 anos a 6,11% e de 19,0 a 22,5 anos a 6,12%. A duração oficial será calculada na avaliação de 2027, com a base de 31/12/2026. Como a estimativa do Fundo em Capitalização está perto de 15,0 anos, como mostra a conferência na data focal anterior, a duração oficial pode levar a taxa parâmetro a 6,11%, diferença de 0,01 ponto percentual.

4. Acréscimo pela meta alcançada

Para a data focal de 31/12/2026, os cinco exercícios antecedentes são os de 2021 a 2025; o exercício de 2026, que se encerra na própria data focal, não integra a contagem. Em cada um, compara-se a rentabilidade real da carteira, deflacionada pelo IPCA, com a taxa de juros da avaliação vigente no exercício, que é a da avaliação de 31 de dezembro do ano anterior, conforme a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2: Rentabilidade real da carteira e taxa de juros das avaliações, 2021 a 2025

Exercício	Taxa da avaliação (% a.a.)	IPCA (%)	Rentabilidade real (%)	Alcançada
2021	5,45	10,06	-10,90	Não
2022	4,95	5,78	-5,54	Não
2023	4,81	4,62	7,52	Sim
2024	5,25	4,83	6,01	Sim
2025	5,32	4,26	7,05	Sim

Fonte: taxa da avaliação, DRAA de cada exercício, Plano Previdenciário (dados abertos do MPS); IPCA, Banco Central do Brasil, série 433; rentabilidade real de 2021 e 2022 informada pela Maringá Previdência e, de 2023 a 2025, apurada pelo método de Dietz modificado sobre os DIPR e os DAIR, a mesma série dos relatórios atuariais de 2026. Elaboração: Equipe Fipe. Nota: rentabilidade real = (1 + rentabilidade nominal) ÷ (1 + IPCA) − 1.

A taxa da avaliação foi alcançada em 2023, 2024 e 2025, o que dá direito a 3 acréscimos de 0,15 ponto percentual, ou 0,45 ponto percentual, aplicáveis ao Fundo em Capitalização. Em 2021 e 2022, a rentabilidade real ficou abaixo da taxa da avaliação.

5. Taxa máxima para 2027 e a meta da Política de Investimentos

Somando a taxa parâmetro ao acréscimo cabível, as taxas de juros reais máximas admitidas para a avaliação atuarial de 2027 são as da Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Taxa de juros real máxima para a avaliação de 2027

Fundo e situação	Taxa parâmetro (% a.a.)	Acréscimo (p.p.)	Taxa máxima (% a.a.)
Fundo em Capitalização, duração estimada (14,57 anos), 2023, 2024 e 2025 alcançados	6,10	0,45	6,55
Fundo em Capitalização, duração oficial entre 15,0 e 18,9 anos	6,11	0,45	6,56
Fundo em Repartição, duração estimada (12,47 anos)	6,10	não se aplica	6,10

Fonte: Tabelas 1 e 2. Elaboração: Equipe Fipe.

A meta atuarial da Política de Investimentos de 2027 é, no máximo, de IPCA + 6,55% ao ano para o Fundo em Capitalização e de IPCA + 6,10% ao ano para o Fundo em Repartição. Os recursos do Fundo em Repartição são residuais, de R$ 1.536.918,64 na data focal de 31/12/2025, de modo que a carteira de investimentos é, na prática, a do Fundo em Capitalização.

Esses valores são máximos, e não taxas a serem necessariamente adotadas. Os gestores podem definir meta e taxa menores, em atenção à prudência (art. 39, § 6º) e à compatibilidade da meta com o perfil da carteira e com os fluxos atuariais (art. 102, IV, "b"). A taxa efetivamente utilizada na avaliação de 2027 será confirmada com a duração oficial, e os ganhos e perdas decorrentes da sua alteração serão demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial (art. 39, § 7º).

A Política de Investimentos de 2027 deve ser aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício (art. 101, § 1º), e o DPIN de 2027, acompanhado da política, deve ser encaminhado até 31/12/2026 (art. 241, IV, "a").

6. Conclusão

Pela duração do passivo estimada para a avaliação de 2027, a taxa de juros parâmetro é de 6,10% ao ano nos dois fundos da Maringá Previdência. No Fundo em Capitalização, com o acréscimo de 0,45 ponto percentual pelos exercícios de 2023, 2024 e 2025, em que a taxa da avaliação foi alcançada, a taxa de juros real máxima para a avaliação de 2027 e para a meta atuarial da Política de Investimentos de 2027 é de IPCA + 6,55% ao ano, ou IPCA + 6,56% se a duração oficial alcançar 15,0 anos. No Fundo em Repartição, sem acréscimo, o máximo é de IPCA + 6,10% ao ano. Trata-se de valores máximos: os gestores podem definir valores menores.

7. Referências normativas e documentais

- Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, texto consolidado: arts. 29, caput e § 1º, 39, caput e §§ 2º, 3º, 4º, 6º e 7º, 101, § 1º, 102, IV, "a" e "b", e 241, IV, "a"; Anexo VI, art. 35, caput e § 1º; e Anexo VII, art. 3º, caput e §§ 1º e 2º. Disponível em https://www.gov.br/previdencia/pt-br. Consulta em 22/10/2026;
- Ministério da Previdência Social, Orientação nº 3/2026/DRPPS/SRPC-MPS, Processo SEI nº 10133.002518/2026-73, assinada em 13 e 14/10/2026, itens 12, 13, 16, 17 e 21 e Tabela 1;

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Portaria Previc nº 324, de 23 de abril de 2026, Anexo I, conforme reproduzido na Orientação nº 3/2026;
- Município de Maringá, Lei Complementar nº 1.517, de 22 de dezembro de 2025, arts. 58 e 59; e
- Fluxos Atuariais da geração atual da avaliação atuarial de 2026, data focal 31/12/2025, Planos Previdenciário e Financeiro; DRAA de 2021 a 2026, dados abertos do MPS; DAIR de dezembro de 2025; DIPR de 2023 a 2025; e IPCA, Banco Central do Brasil, série 433.

São Paulo, 22 de outubro de 2026.

_____

André Sablewski Grau
Atuário, MIBA nº 2.372
Responsável técnico atuarial da Fipe no contrato

ANDRE SABLEWSKI GRAU:31345899823

Assinado de forma digital por ANDRE SABLEWSKI GRAU:31345899823
Dados: 2026.10.22 18:02:25 -03'00'